



## PATRIMÔNIO E VALORES CONTEMPORÂNEOS

KOEHNTOPP, Paulo Ivo. (1)

*UNIVILLE. Professor Doutor do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*pauloik@uol.com.br*

JACINTHO, Ana Carla. (2);

*UNIVILLE. Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade*  
*a.jacinto@hotmail.com*

### Resumo

Este artigo tem como objetivo a reflexão, acerca do patrimônio cultural edificado da cidade de Joinville – Santa Catarina. Precisamente sobre a valoração econômica de um imóvel tombado. O estudo de caso tem como base empírica, o imóvel denominado Palacete Schlemm, único ainda existente do início do século XX que possui três pavimentos e apresenta características do final do ecletismo. A junção dos campos da Economia e da Cultura é recente da perspectiva econômica do Patrimônio Cultural e pode favorecer as políticas públicas da cultura e o desenvolvimento local. O Patrimônio Cultural e os usos desses bens, tem experimentado grandes modificações e conflitos entre o poder público e a sociedade civil na contemporaneidade. Neste sentido, quais as alternativas e perspectivas para sustentabilidade do patrimônio cultural no futuro?

**Palavras-chave:** Joinville; patrimônio cultural; sustentabilidade.

### Abstract

His article aims to reflection about the built cultural heritage of the city of Joinville - Santa Catarina. Precisely on the economic assessment of a fallen building. The case study is empirical basis, the property called Palace Schlemm, sole remaining from the early twentieth century that has three floors and presents end of the characteristics of eclecticism. The junction of the fields of Economy and Culture is recent economic outlook Heritage and can promote public policies of culture and local development. The Cultural Heritage and the uses of these assets, has experienced major changes and conflicts between the government and civil society nowadays. In this sense, what alternatives and prospects for sustainability of cultural heritage in the future?

**Key-words:** Joinville; cultural heritage; sustainability.



## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de uma cidade, sendo material ou imaterial, ao mesmo tempo em que a distingue, pode fomentar o seu desenvolvimento desde que os recursos patrimoniais correspondentes sejam devidamente reconhecidos e preservados, empregados com economia e competência gerencial em empreendimentos civis sustentáveis, com a ampla difusão de suas políticas públicas e sua eficácia na implementação de projetos culturalmente adequados.

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões, acerca do patrimônio cultural edificado da cidade de Joinville – Santa Catarina, mais precisamente sobre a valoração econômica de um imóvel tombado. O estudo de caso tem como base empírica, o imóvel denominado Palacete Schlemm, situado à Rua do Príncipe, número 345, esquina com a Rua Jerônimo Coelho, no bairro centro, no qual concentra-se o maior número de edificações simbólicas tombadas da cidade.

Trata-se de um recorte da dissertação que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville-Univille, denominada “Valorização do Patrimônio Cultural Edificado da Cidade de Joinville: O Caso do Palacete Schlemm”, que tem como objetivo compreender como a sociedade atribui valores e que tipo de valores são atribuídos ao prédio do antigo Hotel Príncipe?

A pesquisa em desenvolvimento segue a metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, outra fonte documental a qual este estudo está recorrendo é a utilização de imagens (fotografias). A técnica de coleta de dados é a entrevista semi-estrutura com o proprietário do imóvel, alguns locatários do imóvel, imobiliárias e gestores do conselho municipal de política cultural de Joinville/SC. Por fim, ressalta-se que a pesquisa se concentra especialmente nos bens culturais de natureza tangível.

## PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS ANUÂNCIAS

A Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, define patrimônio como “legado que recebemos do passado, vivemos no



presente e transmitimos às futuras gerações e que cabe ao Estado, identificar, proteger, conservar e valorizar” (UNESCO, 2005).

Partindo deste pressuposto, o patrimônio cultural, transmitido e preservado de geração em geração, recorda múltiplos significados relacionados a fatores financeiros, imobiliários e econômicos, seja de uma nação, família, instituição ou indivíduo.

A noção de patrimônio pode também estar vinculada a “aspectos culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, turísticos, ecológicos, entre outros e, ainda mais recentemente formulados, aos conceitos de patrimônios intangíveis” (PELEGRINI, 2009, p. 24).

O patrimônio cultural seja material ou imaterial, nos remete a valores e interesses coletivos, com seus conflitos, contradições e poder. Para Chagas (2009, p. 36) “[...] reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e o esquecimento”. Na mesma linha de pensamento, Arantes (2009, p. 12), diz que o patrimônio cultural “é instituído por um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública e de participação da sociedade civil”. Sendo tangível ou intangível o patrimônio cultural, reporta-nos a valores e interesses coletivos, com seus conflitos, contradições e poder.

O valor cultural atribuído pela sociedade ao patrimônio cultural em suas dimensões material, imaterial, ambiental, arquitetônico, histórico e artístico, de acordo com Meneses (2012), existem cinco categorias de valores relacionados ao patrimônio cultural.

- Valores Cognitivos: este relaciona-se ao conhecimento, através dele pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, suas técnicas e materiais, estilo arquitetônico, suas condições políticas, sociais, culturais e econômicos. O bem é tratado como documento que pode responder a múltiplas questões.
- Valores Formais: refere-se ao valor artístico dos objetos e suas funções estéticas como o autor da obra, estilo arquitetônico e materiais utilizados.



- Valores Afetivos: estão relacionados com o sentimento de pertencimento e identidade, carregados de subjetividade e geralmente associados a bens arquitetônicos, monumentos e bens naturais. Usualmente são chamados de valores históricos.
- Valores Pragmáticos: são os valores de uso dos bens culturais, sua apropriação pelos habitantes da cidade em razão da sua utilidade e que são entendidos como uma qualidade
- Valores Éticos: refere-se relativamente o lugar do outro, as relações com o outro, o dever fazer ou não fazer, a dimensão política;

O autor acima explica que os indivíduos atribuem valores diferenciados a bens arquitetônicos e bens naturais, que fazem parte do seu dia a dia, através de atributos de sentido de pertencimento e significado e que os mesmos não são impostos, e sim que:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É antes uma arena de conflitos, de confronto de avaliação, valoração. (MENESES, 2012, p. 38)

Segundo Choay (1992, p. 126), “a questão de valor dos bens que são considerados monumentos históricos se tornou possível a partir do historiador austríaco Riegl (1984), no livro *“O culto moderno dos monumentos históricos: sua essência e gênese (1903)”*. O autor consegue distinguir nos objetos, edifícios e monumentos os valores que justifiquem a sua salvaguarda. Riegl demonstra no conceito de monumento histórico, os conflitos entre os valores de rememoração e contemporaneidade que incidem sobre estes bens, por exemplo, a decisão de conservar e restaurar. O autor pensa a questão do patrimônio cultural a partir da dinâmica de valores que o constitui.

A preservação de monumentos, uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores - tem uma dimensão explícita, regulamentada, como, no caso do



Brasil a inscrição dos bens nos Livros do Tombo (FONSECA, 2009, p. 53).

Para corroborar com o exposto acima, o professor de antropologia da Universidade de Campinas Antônio Arantes (2006) explica que o patrimônio, sendo uma construção social é essencial considera-lo no contexto das práticas sociais, pois lhe conferem sentido, tendo a preservação como exemplo desta prática de ações simbólicas e que este patrimônio é instituído por um complexo processo de atribuição de valores que ocorrem tanto por parte do Estado e da participação da sociedade civil.

Para Salvadori (2008, p.58) “à preservação do patrimônio, há simultaneamente, processos de valorização e desvalorização”. O ritmo das mudanças é tão intenso e veloz, e por isso mesmo de difícil entendimento, onde sujeitos sociais lutam na defesa da permanência dos bens patrimoniais.

### **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO EDIFICADO EM JOINVILLE/SC.**

A cidade de Joinville, é a maior do Estado de Santa Catarina em população com 515.288 habitantes (IBGE, 2010), tem atualmente uma das economias mais diversificadas e desenvolvidas da região Sul do país. Estão instaladas na cidade indústrias líderes em seus segmentos de atuação, sendo Joinville o mais importante polo econômico, tecnológico e industrial do estado. O setor de serviços e turismo vem crescendo nos últimos anos e o que chama atenção dos turistas é a forma como a cidade é conhecida, "Cidade dos Príncipes, das Flores e das bicicletas", são alguns dos apelidos atribuídos pelo charme, elegância, e pela relação histórica com seu período de colonização (IPPUJ, 2013, p. 16). As antigas casas em estilo enxaimel e seus jardins, ainda hoje espalhadas pela cidade, convivem com projetos de arquitetura moderna (pós-guerra), escolas, shoppings, inspirando assim o gosto pela arte, cultura, e grande atenção ao meio ambiente, dado sua localização geográfica entre a Serra do Mar e as regiões de manguezal da Baía da Babitonga. Joinville possui também vários sítios arqueológicos de tipologia sambaqui. O patrimônio cultural em



Joinville também é formado por sítios arqueológicos do período pré-colonial (sambaquis, oficinas líticas, estruturas subterrâneas) e histórico (IPPUJ, 2014, p.58)

Na década de 1980, foi criada a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural, por meio da Lei Municipal n.º 1.772, com a função de formular as políticas públicas municipais de preservação do patrimônio cultural e a Lei n.º 1.773, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio cultural e institui o ato administrativo de tombamento, neste período também, foi realizado o primeiro levantamento de edificações de valor histórico – arquitetônico do município. No ano de 1982, foi criada a Fundação Cultural de Joinville, que passou a ser responsável pela aplicação da Lei de Tombamento Municipal e pela presidência da Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural. Passadas duas décadas da existência da lei de tombamento na cidade, apenas no ano de 2001 que iniciaram os processos, (Plano Municipal de Cultural 2013, p. 12).

A partir do Decreto Estadual n.º 3.461 de 23 de novembro de 2001, o Palacete Schlemm, objeto de estudo deste artigo, foi tombado como patrimônio histórico pela Fundação Catarinense de Cultura, de acordo com o processo de tombamento “este belíssimo prédio edificado em 1930, é o único ainda existente do início do século que possui três pavimentos”, apresenta características do final do ecletismo, século 19 e início do século 20. Construído a Rua do Príncipe 345, esquina com Jerônimo Coelho, de propriedade da empresa Jorge Schlemm e Filhos (AHJ).

De acordo com (DIAS, 2011, p. 29), cada pavimento tem cerca de 500 metros quadrados e a fachada conta com máscaras de deuses da mitologia, feitas pelo artista plástico alemão radicado em Joinville Fritz Alt. Ainda de acordo com a autora Maria Cristina Dias, Jorge Schlemm pertencia a uma família de imigrantes que chegaram à cidade no início da colonização. Foi fazendeiro, comerciante de erva-mate que era cultivada no planalto norte e trazida para Joinville

De acordo com pesquisas realizadas no arquivo histórico e em reportagens nos jornais da cidade de Joinville, conseguimos identificar alguns dos usos do Palacete Schlemm na sua trajetória como: uma barbearia, um restaurante, estabelecimentos comerciais e uma instituição financeira. Talvez o mais significativo uso tenha sido o Hotel Príncipe que funcionou por quase 50 anos no Palacete, em seus pavimentos superiores.



Figura 1 - Palacete Schlemm



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville (2013)

Figura 2 - Palacete Schlemm



Fonte: Daniela Fritsche (2013)



Na década de 70, o edifício não atendia mais as necessidades de hospedagem devido a modernização neste ramo. Ainda de acordo com o dossiê (2013, pg.22-23) que, considerando a crescente demanda por hospedagem e o crescimento da cidade de Joinville, a família ampliou o Hotel Príncipe, com a construção de um edifício ao lado do existente que é ligado a este último através de um único acesso.

A construção do novo edifício não inviabilizou a utilização do Palacete e sim acabou por complementá-la. No entanto, cada vez mais a estrutura antiga deteriora-se e dificulta as intervenções de conservação necessárias. Ainda assim, o Palacete oferecia a seus hóspedes dois apartamentos com banheiros e os demais eram quartos cujo banheiro coletivo localizava-se no final do corredor. (DOSSIÊ, 2013, p. 23).

Quase toda a década seguinte o palacete permanece em uso na sua totalidade, até que em abril de 1988, os 1º, 2º e 3º pavimentos são desativados em função da precariedade de suas instalações e dificuldade de manutenção e conservação do imóvel. Apenas a área térrea permaneceu e permanece em funcionamento. Na década de 90 houve a primeira tentativa de reformar os pavimentos acima citados, “em decorrência da perda de recursos financeiros retido em decorrência do confisco criado pelo plano Collor” (DIAS, 2011, p.31).

Figura 4 - Construção do novo edifício na década de 1970.



Fonte: Dossiê Daniela Fritsche (2013)





Figura 5 - Palacete Schlemm



Fonte: Acervo Ana Carla Jacintho (2013)

Na contemporaneidade, ser proprietário de um imóvel tombado pode ser considerado uma tarefa difícil, onde os novos valores e ressignificações do patrimônio imperam, impossibilitando administrar o bem como bem o prover.

Uma das dificuldades que seus proprietários alegam para a preservação dos imóveis tombados está nas restrições do tombamento, que não permitem descaracterizações e os custos de manutenção e restauro muito elevados, que são de responsabilidade apenas dos proprietários, impossibilitando a sustentabilidade econômica deste bem, pois não tem a capacidade de arcar com os próprios gastos. Como resultado ocorre, em muitos casos, à degradação do imóvel por falta de cuidados e as vantagens concebidas pelos órgãos de conservação são poucas, podendo até afetar a saúde ou mesmo o cotidiano dos moradores do local.

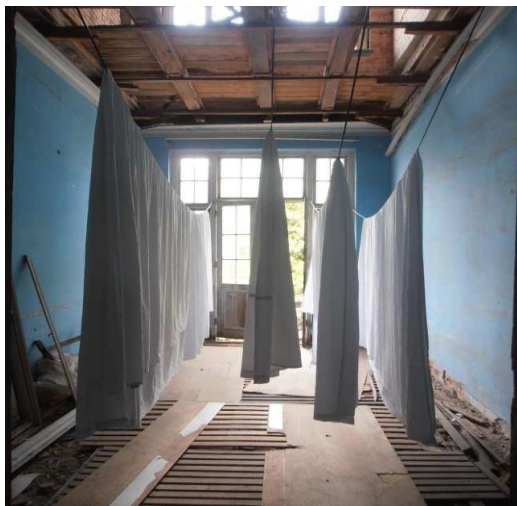
O arquiteto Castriota (2009, p. 96) destaca que, “o patrimônio arquitetônico como uma espécie de coleção de objetos, identificados e catalogados por peritos, com significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, utilizando



critérios de caráter de excepcional idade da edificação, a qual se atribui valor histórico e/ou estético”. O que não significa que este espaço de caráter patrimonial catalogado, não possa ter seu uso na contemporaneidade, viabilizando culturalmente e financeiramente a sua preservação, e que seja compatível com a arquitetura do bem tombado.

Atualmente, quem passa pela Rua do Príncipe, observa o Palacete abandonado nos andares superiores e sendo utilizados como varais e depósitos das áreas locadas do piso térreo, mesmo assim esse objeto desperta nos turistas e transeuntes uma contemplação, significação e até mesmo nostalgia de uma época não vivida, mas imaginada.

Figura 6 - Vista interna o Palacete Schlemm



Fonte: Dossiê Daniela Fritsche (2013).

## **PATRIMONIO CULTURAL TANGÍVEL COMO RECURSO**

A partir do documento elaborado na Agenda 21 para a cultura, com o objetivo de estabelecer um compromisso das cidades e governos locais para o desenvolvimento cultural. O documento orientador das políticas culturais e do desenvolvimento cultural da humanidade foi assinado em 08 de maio de 2004, durante o Fórum Universal das Culturas, em Barcelona. Este documento contempla como um de seus princípios, a inserção de bens culturais como um recurso, como veremos abaixo:

A adequada valoração econômica da criação e difusão dos bens culturais – de caráter amador ou profissional, artesanal ou industrial, individual e



coletivo – converte-se, no mundo contemporâneo, num fator decisivo de emancipação, de garantia da diversidade e, portanto, numa conquista do direito democrático dos povos a afirmar as suas identidades nas relações entre as culturas. Os bens e serviços culturais, tal como afirma a Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural (artigo 8), “na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentidos, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais”. É necessário destacar a importância da cultura como fator de geração de riqueza e desenvolvimento econômico (Agenda 21 da Cultura, Barcelona, 2004).

O exposto acima representa um marco, no que diz respeito ao potencial que o patrimônio cultural pode gerar ao desenvolvimento das cidades. Para Pierre Bourdieu (2007) a economia possui relação com a cultura, originando o desenvolvimento de um mercado de bens simbólicos e que apresenta particularidades devido as circunstâncias dos bens simbólicos referirem-se aos bens culturais, formando o capital cultural, ou seja, de um lado possui valor cultural e de outro valor econômico.

De acordo com a autora Françoise Benhamou (2007), a aproximação dos campos da economia e da cultura aconteceu a partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a economia dos espetáculos ao vivo dos autores William Baumol e William Bowen, no ano de 1965, dando origem a Economia da Cultura.

Para a autora Ana Carla Reis (2007), a economia da cultura é uma área da economia que procura analisar as relações entre a oferta e as demandas culturais, identifica as falhas de mercado e sinaliza os possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Eva Vicente (2009, p.225), considera em seu artigo “*Economia do Patrimônio*”, que

... os bens patrimoniais deixaram de ser considerados como tesouro conhecido e apreciado por uma minoria e transformado em um recurso econômico potencial, não renovável que, adequadamente conservado e valorizado, pode converter-se numa fonte de riqueza e desenvolvimento econômico para a sociedade.

Para corroborar a autora Tavares da Silva, (2010), faz uma análise da sustentabilidade do patrimônio cultural, na qual deve ser economicamente autossustentável e se constituiu a uma oportunidade econômica, um recurso.

Para Yúdice (2006, p. 26), o papel da cultura tem se expandido como nunca para as esferas políticas e econômicas e cada vez mais dirigida como um recurso para a melhoria



social e econômica, explorando assim as potencialidades de mercado do patrimônio edificado, seja em programas de fomento, seja em geração de renda e cidadania, buscando assim a revalorização do bem através da Economia. Para isso é necessário encontrar o ponto de equilíbrio entre a dicotomia, sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação. Neste sentido o autor Arantes:

Os bens culturais encontram-se necessariamente situados – inseridos em contextos espaço-temporais específicos :localizam-se em determinado tempo-espaço, integram atividades de determinados grupos sociais e não de outros, e são suportes de significados e de sentidos que são construídos e transformados tanto por essas mesmas atividades, quanto pelas estruturas de relacionamento social que as ordenam. Nessas circunstâncias, a inserção do patrimônio no mercado reforça a compreensão de que, sendo ele um recurso material e simbólico, o balizamento de seu valor, para efeito de sua inclusão em programas sociais, de maneira geral, e de reabilitação urbana em particular, situa-se num divisor de águas de posturas éticas e políticas. De um lado, há a alternativa de explorar as potencialidades de mercado do patrimônio edificado (seu valor de troca) e, de outro, a de facilitar os meios de sua apropriação pelos habitantes da cidade, em razão de sua utilidade e valor simbólico (seu valor de uso), (ARANTES, 2006, p.431).

No que diz respeito a noção de valor, o autor David Throsby (2001), considera que o “valor” é a origem e a motivação de todo comportamento humano e que esse valor atribuído ao bem é repleto de subjetividade e que contribuem para a economia da cidade. Os bens e serviços culturais como por exemplo o patrimônio cultural, segundo o autor apresentam 02 tipos de valores: valor econômico, cujo objetivo é explorar as potencialidades deste bem cultural e valor cultural, que corresponde a fração simbólica do bem cultural, sua apropriação e ressignificação.

A valoração baseia-se no fato de que as pessoas atribuem valores ou, no mínimo, possuem preferências de acordo com a importância, sentidos e significados, aos bens culturais e por outro lado sua valorização é a adição ou manutenção do valor, sobretudo muitos são os benefícios que o uso e a conservação, podem gerar à sociedade. Conforme Krebs e Schmidt-Hebbel (1999), a literatura econômica do patrimônio cultural apresenta 04 métodos para a valoração destes bens culturais, são eles:



- Método de Disposição a Pagar (MDP): este método tem como objetivo estimar o valor que um indivíduo está disposto a pagar pelo uso ou fruição de determinado bem ou serviço patrimonial.
- Método de Valoração Contingente (MVC): tem como objetivo também, estimar a disposição a pagar pela conservação ou recuperação de um bem patrimônio, através de um questionário a uma amostra da população.
- Plebiscito: Este método propõe a elaboração de um plebiscito nas cidades ou regiões interessadas, sobre financiamentos para projetos de conservação, restauro e aquisição de bens culturais.
- Sustentabilidade do Patrimônio Cultural: Este método está relacionado a fatores endógenos e exógenos a manutenção ou uso do patrimônio cultural para as gerações futuras.

Para corroborar a autora Tavares da Silva, (2010), faz uma análise da sustentabilidade do patrimônio cultural, onde o mesmo deve ser economicamente autossustentável e se constituiu a uma oportunidade econômica, um recurso. Neste contexto estão inseridos aspectos de planejamento e gestão desses imóveis. O desafio que se apresenta na contemporaneidade é encontrar o ponto de equilíbrio entre a dimensão cultural e econômica, ou seja, construir a sustentabilidade econômica e socioambiental da preservação.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. *O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana: Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 424-435, jan./jun. 2006.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da Cultura*. Cotia: Ateliê, 2007.



- BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHAGAS, Mario. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação liberdade: UNESP, 1992.
- DIAS, Maria Cristina. *Se essas paredes falassem. Um breve olhar sobre antigas casas que marcaram a construção de Joinville*. Blumenau: Nova Letra, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. A trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS. *Agenda 21 das Cidades para a Cultura* ([http://www.portoalegre.rs.gov.br/agenda\\_21](http://www.portoalegre.rs.gov.br/agenda_21)): Barcelona, 2004.
- IBGE. (online), 2010. Disponível em: [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em: out. 2010.
- IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. *Joinville bairro a bairro 2008-2009*. Joinville, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Joinville cidade em dados*. Joinville. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Joinville em números 2011*. Joinville. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. 1. 2009, Ouro Preto/MG, **Anais**. Brasília: IPHAN, 2012.



PELEGRINI, Sanda de Cassia Araújo. *Patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2012, Joinville. Disponível em <<http://www.conferenciadeculturadejoinville.blogspot.com.br/p/1-cmc-jul-2012.html>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos históricos: sua essência e gênese*. Paris: Seuil, 1984.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O Caleidoscópio da Cultura*. São Paulo: Manole, 2007.

SALVADORI, M. *História, ensino e patrimônio*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

TAVARES DA SILVA, Suzana M. C. L. *Para uma nova dinâmica do patrimônio cultural: o patrimônio sustentável*. In: DIAS, Maria Tereza F.; PAIVA, Carlos M. S. (orgs.). *Direito e proteção do patrimônio cultural imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 275-292.

THROSBY, David. *Economics and Culture*. Reino Unido: Cambridge University Press; 2001

UNESCO. *Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris, 2005.

VICENTE, E. *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.